

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Resende, sob a Presidência do Senhor Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade, secretariada pelos membros Senhores Joaquim da Conceição Sousa e Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso.-----

Faltou justificadamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Miomães e injustificadamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil .-----

HORA DE ABERTURA:- Eram quinze horas e trinta minutos quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão.-----

Comunicou ao Plenário que foi convocado para participar nesta Sessão o membro Doutora Ana Oliveira Monteiro, eleito pela lista do Partido Social Democrata, para substituição do membro Engenheiro Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso, eleito pela mesma lista, ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada.--

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal antes de dar início à sessão referiu: “Agradeço a presença de todos, antes de dar início à ordem de trabalhos gostaria de comunicar o seguinte: Na sessão realizada a 20 de Abril do corrente ano, foi dado a conhecer ao plenário o Relatório de Actividades e o Modelo de Recolha de Dados da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Resende, referentes ao ano 2006. Na altura, foi-me solicitado pelo Presidente daquela Comissão, Senhor António Silvano Moura, que permitisse que se fizesse uma apresentação ao plenário, no sentido de melhor explicar o teor dos referidos documentos. Por razões de agenda, demasiado longa, não foi possível aceder ao pedido naquela sessão. Dado que se trata de um assunto de grande importância e que deve merecer a atenção de todos nós, entendo que esta assembleia não deveria deixar de dar oportunidade à CPCJ de fazer a referida intervenção. Peço, por isso, a vossa melhor atenção para a intervenção que irá, de imediato, ser proferida pelos representantes da referida Comissão. Façam o favor de iniciar a vossa explanação!.”-----

Em representação da **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Resende**, encontravam-se presentes, o Senhor Presidente da Comissão, Senhor António Silvano Moura, a Professora Isabel Moreira como representante do Ministério da Educação e a Doutora Paula Moura como Técnica Superior da autarquia e membro da referida comissão. Iniciou a explanação a Professora Isabel Moreira, prosseguida da Doutora Paula Moura e terminou a explanação o Senhor Presidente da Comissão, não deixando de realçar todo o trabalho da Comissão, e dos seus técnicos. Frisando que era muito relevante o esforço dispendido por eles, até porque este era um trabalho que não era visível, e isso era sintoma de estavam a trabalhar bem, porque se o trabalho se tornasse visível, seria alvo da comunicação social, e quando isso acontecesse era sinal de que algo estava a correr mal. Aproveitou a ocasião para agradecer o desempenho dos técnicos. Informou que esta Comissão era reconhecida a nível nacional, como uma comissão que funcionava bem. Por fim agradeceu a atenção dispensada por todos.”-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Também gostaria de deixar aqui um agradecimento pela vossa presença e pelo esclarecimentos que nos foram transmitidos. Espero que para o ano, possamos ter aqui também o resumo de tudo aquilo que se passou durante este ano. Muito Obrigado!”-----

PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

HORA DO PÚBLICO:-----

Não se registaram quaisquer intervenções.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

APROVAÇÃO DAS ACTAS:-----

Seguidamente, foram colocadas à discussão as actas das sessões ordinária e extraordinária, dos dias vinte e cinco e vinte do mês de Abril, respectivamente, tendo o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocado as mesmas a votação, sendo as mesmas aprovadas, por maioria, com dois votos de abstenção da Senhora Enfermeira Elsa Isabel Ferreira Rodrigues e o Senhor Luís Manuel Almeida Pinto.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal : “Queria pedir para quando acharem que a vossa intervenção deve ficar registada em acta, façam o favor de o referir no início da intervenção, porque não vale a pena estar a registar tudo, até porque massifica acta, ainda esta última foram de 38 páginas.”.-----

A Doutora Teresa Pais questionou se isso se iria fazer quando se quisesse que a intervenção ficasse registada integralmente, ao lhe foi respondido afirmativamente. Que ficaria registada a intervenção e depois os serviços iriam transcrever a mesma para a acta.”.-----

LEITURA DE EXPEDIENTE:-----

Foi feita a leitura do seguinte expediente:-----

1 - Ofício nr.º 20118-2595APMT/07, enviado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, relativo as Provas Globais facultativas no Ensino Básico.-----

2 - Ofício nr.º 18822-1533APMT/07, enviado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, respeitante aos Impactos do Aterro Sanitário do Douro Sul, Distrito de Viseu, junto das populações.-----

3 - Ofício nr.º 20346-2667APMT/07, enviado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a respeito da Taxa de Deposição em Aterro, aplicação do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro.-----

4 - Ofício nr.º 19723-1710AC, enviado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, sobre a INTERRG III – Espanha - Portugal.-----

Tomado conhecimento.-----

VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES:-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras, apresentou um VOTO DE PESAR que se transcreve: “Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras e consequentemente membro da Assembleia Municipal proponho um voto de pesar pelo recente falecimento da Senhora Elvira de Jesus, mais conhecida por Virinha. A Virinha foi, sem margem para qualquer dúvida, uma das mulheres mais importantes deste concelho, na medida em que sempre esteve disponível para as causas públicas. Se os bordados de Felgueiras adquiriram relevância, foi graças ao esforço e dedicação da Virinha, aliada à capacidade de transmitir os seus enormes conhecimentos a quem deles quis beneficiar. Porque não quero ficar indiferente proponho que esta Assembleia delibere atribuir um voto de pesar pelo seu falecimento e que seja dado conhecimento à sua família.”.-----

Voto de Pesar – O Grupo de deputados desta Assembleia Municipal, propõe um **voto de pesar** pela morte do pai do membro desta Assembleia, **Senhor Isidro Pereira**. Este voto será, também, extensivo a toda a sua família.”.-----

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os dois votos de pesar à votação pelo foram **aprovados por unanimidade**.-----

ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS:-----

Neste ponto não se registaram quaisquer intervenções.-----

ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:-----

Neste ponto verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Doutora Ana Oliveira Monteiro: ”Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me esclarecesse se deu algum apoio para o Salão Paroquial.”.-----

Senhor Presidente da Câmara: “Pessoalmente não! Não lhe sei dizer isso, a única intervenção que nós tivemos foi a diligência, no sentido que se aprovasse uma TNS. Penso eu... E já foi há cinco anos.”.-----

Doutora Ana Oliveira Monteiro:” Exactamente! É que a actual Comissão da Igreja veio pedir à Câmara uma ajuda para a remodelação da Igreja, e o Senhor Presidente da Câmara

respondeu e passo a citar: “Eu dou porque já tinha dado para o Salão Paroquial”, esta foi a resposta que deu à actual Comissão da Igreja de Feirão.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “ Onde é que isso está escrito?.”-----

Doutora Ana Oliveira Monteiro:”Não está escrito, foi citado, aliás eu referi que iria citar o que tinha sido respondido a actual Comissão da Igreja de Feirão. Gostaria que ficasse registado que não me foi respondida a questão.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1 – Apreciação da informação escrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Continua em implementação o processo de modernização administrativa que visa a integração total dos sistemas informáticos e a desmaterialização de processos e procedimentos.-----

EDUCAÇÃO

- Centro Escolar de S. Martinho de Mouros - encontra-se na fase de acabamentos.-----

CULTURA

- Centro cultural e auditório de S. Cipriano em execução-----

- De referenciar a realização das seguintes actividades:-----

- Apoio e participação na Feira do Rodo – Ovadas;-----

- Teatro de Marionetas – no Auditório Municipal;-----

- Exposição de Pintura de Mário Couto – no Posto de Turismo;-----

- Exposição de Pintura de Alice Arcas – no Celeiro de Aregos;-----

- Exposição de Trabalhos dos Alunos do Agrupamento de Resende – no Posto de Turismo

- Teatro de Sombras – Espectáculo “O Douro” no Auditório Municipal.-----

- SAÚDE

- Centro de Saúde de Resende – Continua em bom ritmo a sua construção.-----

ACCÇÃO SOCIAL

- Centro de Noite e apoio Social de Felgueiras – Em execução-----

- Centro de Noite e Apoio Social de S. Romão /2.ª fase - em execução-----

- CAO – Centro de Apoio Ocupacional para pessoas portadoras de deficiência – na Rua Edgar Cardoso – Resende – Entrou em funcionamento com a frequência de 15 jovens.-----

- Programa escolhas – educar e qualificar – no espaço Cidnet com computadores na delegação da Câmara em S. Martinho de Mouros em pleno funcionamento.-----

- Férias Desportivas de Verão a decorrerem nas piscinas municipais cobertas para pessoas portadores de deficiência.-----

- Certificação dos 9 jovens que frequentam o1º Programa Integrado de Educação e Formação (PETI), com transferência de 5 jovens para o 3º ciclo.-----

- Início da despistagem de jovens para um 2º Programa Integrado de Educação e Formação no próximo ano lectivo.-----

- Início da Instalação na Escola Secundária D. Egas Moniz de Resende do Programa Integrado de Educação e Formação (PETI) para 13 jovens, durante 2 anos, para uma certificação do 3º ciclo.-----

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Arranjo Urbano do Centro Histórico de S. Martinho de Mouros – Em fase final de pavimentações-----

AMBIENTE

Saneamento Básico e Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos

- Prolongamento de redes domiciliárias em:-----

♦ Caboucos - Anreade-----

♦ Safões - Resende-----

-----♦ Forno da Telha – S. Martinho de
Mouros-----

-----♦ Feira do Gado -
Resende-----

- ♦ Cantim de Cima – S. Martinho de Mouros -----

- Execução do Plano de Controle da água-----
- Manutenção das ETARs-----
- Rede de Saneamento Básico em Palma - Anreade-----
- Reservatório de água em Barrô -----
- Execução da rede de saneamento de Barrô (lugar de S. Domingos e da Igreja)-----
- Execução da rede de saneamento de Miomães (lugar de Louredo)-----
- Execução da rede de saneamento de S. Martinho de Mouros (lugar de Cavalhão)-----
- Execução da ETAR no Cavalhão – S. Martinho de Mouros-----
- Execução de muro de suporte à ETAR de Carcavelos – Resende-----

DESPORTO

- Inauguração do Pavilhão de Anreade-----
- Final da Taça de Portugal de Voleibol Masculinos – S.L.Benfica X Castelo da Maia G.C. (organização da CMR e F.P. Voleibol)-----
- Encontro Regional de Viseu de Gira-Volei (Organização de F. P.Voleibol, e da ^aV. Viseu, colaboração do C. N. Caldas de Aregos e apoio da CMR)-----
- Torneio Aberto de Ténis de Mesa (Organização do Inatel e apoio da CMR)-----
- Torneio Aberto de Ténis de Mesa-Resende Capital da Cereja (Organização conjunta da CMR e da ^a Ténis de Mesa D. V.)-----
- Fase regional de basquetebol e andebol de iniciados-apuramento (organização da Coordenação Educativa Douro Sul e apoio da CMR)-----
- Estágio da Selecção Nacional de Ténis de Mesa (Deficientes Motores) – (Organização da ANDDEM, com o apoio da CMR)-----
- Final da Taça de Portugal de Remo (Organização conjunta da CMR, Clube Náutico de Caldas de Aregos e F.P. Remo)-----

RECREIO, LAZER E TRANSPORTES FLUVIAIS

- Requalificação e ampliação do Cais de Aregos e construção da fluvina – As obras têm a sua conclusão prevista para o próximo mês de Julho.-----

– TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

- Beneficiação da rede viária – em conclusão-----
- Beneficiação da estrada entre Resende e a Ponte de Cavalhar – em execução-----
- Pavimentação asfáltica de caminho em Cabeçadas – Arco – Resende-----
- Pavimentação asfáltica de caminho em S. José – S. João de Fontoura-----
- Pavimentação asfáltica de caminho em Barrelinhas – S. Cipriano-----
- Pavimentação asfáltica de caminho na Sr^a do Viso – Resende-----
- Pavimentação asfáltica de caminho em Vinhos – Resende-----
- Reposição de pavimento em cubo e betonilha em Palma – Anreade-----
- Reposição de pavimento asfáltico em Mosteirô – Anreade-----
- Pavimentação a cubo de granito do largo do cemitério de S. Cipriano-----
- Pavimentação a cubo de granito do acesso a Louredo – S. Cipriano-----
- Execução de muro de suporte à estrada nas Quintas – Paus-----
- Execução de muros de suporte na Granja – Resende – para alargamento de caminho-----
- Execução de muros de suporte para alargamento do caminho de acesso ao Pavilhão de Freigil-----

SITUAÇÃO FINANCEIRA À DATA DE 25/06/2007-----

Receita – 5.099.903,64 euros-----

Despesa Cabimentada – 12.126.944,73 euros-----

Despesa Paga – 4.928.746,06 euros-----

Paços do Município, 26 de Junho de 2007 -----

O Presidente da Câmara, (Eng^o António Borges)-----

Relativamente a esta matéria registaram-se as seguintes intervenções:-----

Senhor Jorge Cardoso Machado:”Sobre este ponto não posso deixar de tecer os seguintes comentários: Em **1º lugar**, realçar o ritmo imparável de obras de vulto em todo o Concelho com ênfase especial para o saneamento básico e distribuição de água ao domicílio; sem estes dois factores de desenvolvimento, nenhuma sociedade sente o palpitar da democracia participativa;-----

Em 2º lugar, dirigir ao Sr. Presidente da Câmara os meus sinceros parabéns por ter

conseguido trazer a Resende a final da Taça de Portugal de voleibol no mesmo dia em que inaugurámos mais um equipamento de qualidade com a presença do Sr. Secretário da Juventude e do Desporto, Sr. Dr., Laurentino Dias. O Concelho de Resende em geral e a Freguesia de Anreade em particular estão de parabéns por possuir mais um espaço cujas condições de operacionalidade, eficácia e qualidade, ombreiam com aquelas que o País possui de Norte a Sul. Mas ainda em relação a este magnífico equipamento, permitam-me que faça um reparo relacionado com o preço/qualidade: Tanto quanto sei, aquela obra rondou um milhão de euros. Fiquei espantado quando o Sr. Secretário de Estado afirmou para quem quis ouvir, que equipamentos como aquele construídos em alguns pontos do País, tinham sido adjudicados por quatro vezes mais, ou seja por cinco milhões de euros. E disse mais. A relação preço/qualidade do Pavilhão de Anreade, iria servir de matriz para futuros projectos do mesmo teor que lhe caíssem na sua secretária. E quem não acreditasse que se dirigisse a Anreade para observar in loco. É espantoso S. Presidente! Um governante vir a Resende aprender consigo a fórmula de bem gerir os dinheiros públicos. Este é um bom exemplo para explicar a razão pela qual a nossa Câmara utilizou apenas 40% da sua capacidade de endividamento! Trata-se de uma realidade incompreensível para muito boa gente, atendendo ao surto de benfeitorias que o nosso Concelho sofreu nestes últimos seis anos. Nenhum Concelho do interior sofreu tais transformações, em tão curto espaço de tempo.-----

Perante este cenário, o Senhor Presidente corre um risco muito sério; sabe qual é? Qualquer dia aparece por cá algum poeta tipo Camões, a lembrar-nos dois versos dos Lusíadas e que lhe assentam como uma luva e que passo a citar. “ e aqueles que por obras valorosas se vão da lei e da morte libertando”. Imaginemos que era possível, eu propunha a sua imortalidade. Repito: Se fosse Possível, eu propunha aqui a sua imortalidade.”-----

Doutora Teresa Pais: “Em primeiro lugar desejo uma boa tarde a todos, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara e a todos os presentes. Não tendo eu a veia poética do nosso companheiro de trabalho, quero apenas fazer ressaltar da informação do Senhor Presidente três pontos que considero fundamentais, sejam, a Final da Taça de Voleibol masculinos, a Final da Taça de Portugal de Remo e o Festival da Cereja. As primeiras porque são eventos de cariz nacional que afirmam a promoção e o desenvolvimento do nosso Concelho, dando-o a conhecer ao País, através da respectiva transmissão pela televisão. Acções destas potenciam a divulgação do nosso Concelho ao nível regional e nacional. Em segundo lugar queria fazer ressaltar a forma extremamente positiva como decorreu o Festival da Cereja e o quanto este evento é importante para a afirmação do nosso produto, como produto de excelência, e para o desenvolvimento económico de Resende. Sem esquecer que por detrás disto encontra-se indubitavelmente todo o trabalho executado pelo Senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo, mas também pelos funcionários desta Câmara que não se pouparam a esforços, para lançarem o mais alto possível o nome do nosso Concelho. E é esse trabalho que gostaria que ficasse aqui registado, o apreço com que vemos a dedicação de todos os envolvidos, muitas vezes trabalhando fora de horas. Queria deixar esta nota porque considero que os profissionais quando são motivados, devem também ser valorizados e era esta nota que queria deixar registada.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: ” Eu gostava de lhe perguntar duas coisas, uma delas era como diz o Senhor Jorge sendo o custo do pavilhão de cerca de um milhão de euros qual a percentagem de financiamento por parte do programa comunitário para o pavilhão de Anreade.”-----

Ao que o **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que eram de sessenta e dois e meio por cento de Fundos Comunitários mais doze e meio por cento de Participação Nacional, mais vinte e cinco de por cento do nosso serviço.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: ” Portanto vinte cinco por cento são da Câmara.”-----

Senhor Presidente da Câmara: ”Atenção! Que há investimentos no Pavilhão que são

elegíveis, não entram nas candidaturas, há que ter em atenção que quando se faz uma candidatura há determinados custos, há investimentos legíveis e outros não elegíveis.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “A Segunda questão na informação do Senhor Presidente aparece Centro de Noite e Apoio de São Romão, é que até agora apareceu sempre designado como Centro de Dia.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “É assim! O que conta é o que está no Plano de Actividades. Admito que seja um lapso, mas farei essa correcção nos próximos relatórios. A terminologia certa do meu ponto de vista é Centro Comunitário de São Romão, que irá ter um centro de valências muito alargadas, que pretendem ser respostas de proximidade aos cidadãos com necessidades variadas, que podem ser nocturnas ou diurnas.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “ Há que ter em conta que há legislação diferente para cada uma das situações, mas era só para esclarecer essa terminologia. Na última sessão perguntei quando é que o Centro Comunitário estaria pronto, ao que o Senhor me respondeu que seria em Junho, mas ainda não está!”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Vamos ser claros, as obras que vocês vêem, mais uma vez, nenhuma delas é obra que não seja do Fundo Comunitário. Estamos a falar, neste momento, de obras em curso: Centro Cultural de São Cipriano, Centro Comunitário de Felgueiras, Centro Comunitário de São Romão, Requalificação do Centro Histórico de São Martinho e o Centro Escolar de São Martinho de Mouros, o que é que acontece? Estas obras todas têm que terminar no limite deste Quadro Comunitário. Portanto há aqui um horizonte temporal, para a execução física e financeira como por exemplo: no caso de São Cipriano tivemos um problema e tivemos que parar a obra para nos certificarmos com questões que têm a ver com os níveis freáticos dos terrenos. Foram situações que obrigaram até à avaliação geológica dos mesmos. Aqui há questões que são percalços, como é óbvio, por exemplo na rede viária tivemos os trabalhos suspensos desde finais de Outubro até há quinze dias atrás, devido às chuvas. Há aqui questões que naturalmente fazem parte do processo de execução de uma obra e que depois ficam em causa. Para sermos claros a execução física e financeira das obras que já estão em curso, em relação às últimas candidaturas, será em Junho de dois mil e oito. Em Junho de 2008 tem que estar construído e pago. E o que é isso significa? É que no caso de São Romão, estará construído mais cedo e pago será obrigatoriamente até Junho de dois mil e oito.”-----

Tomado conhecimento.-----

2- CÓPIA DE SENTENÇA: - É presente, para conhecimento da Câmara e da Assembleia Municipais, a cópia da sentença que qualificou a Insolvência da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Resende, enviada pelo Senhor Doutor Adriano Pereira.-----

Relativamente a este assunto o **Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara** informou que o terreno onde foi instalada a Cooperativa em causa nunca chegou a ser completamente pago à Câmara Municipal e, por isso, a edilidade é considerada assistente.-----

Tomado conhecimento e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

Tomado conhecimento.-----

3 - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA CEREJA DE RESENDE – ESTATUTOS:-

São presentes os estatutos desta Associação, a fim de serem submetidos à apreciação e votação do Órgão Executivo e, posteriormente, à aprovação da Assembleia Municipal.-----

Relativamente a esta matéria o **Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara** referiu: “Tomamos a iniciativa, com alguns produtores, de fazer parte desta Associação para a promoção e defesa dos interesses da **Cereja de Resende**, que terá a sua sede na Escola de Vila Verde – São Martinho de Mouros”-----

O Senhor Vereador Professor António Marques disse: “Não há dúvida que estamos de acordo com o aparecimento desta Associação. Uma coisa são os produtores puxarem cada um para seu lado, outra coisa, totalmente diferente, é caminharem todos em sintonia com os mesmos objectivos. Também concordamos com a participação da Câmara Municipal como associada da futura Associação de Produtores de Cereja do Concelho de Resende.

Evidentemente que a Câmara não se pode alhear destes problemas, deve colaborar tanto mais que até adoptou recentemente a cereja, como logotipo. Entendemos também que esta Associação deve ter as seguintes preocupações: Certificação da Cereja (os produtores estão a vendê-la a 1€/1,2€ e nas grandes superfícies está a 5€); Conservação da Cereja até à comercialização; Implementação de pomares modernos; Seguro; Aproveitamento da Cereja para sumos, iogurtes, etc.. Fazemos votos de sucesso para esta Associação”.

Deliberado, por unanimidade, aprovar os Estatutos e remeter os mesmos à Assembleia, para aprovação e adesão da Câmara como associado.”.

Relativamente a esta matéria registram-se as seguintes intervenções:

Doutora Teresa Pais: “Relativamente à adesão da Câmara como associado, aprovamos completamente esta decisão, porque consideramos que por detrás dela encontra-se fundamentalmente o desejo de desenvolver uma cultura de associativismo no nosso Concelho. A Associação dos Produtores de Cereja de Resende trará sem dúvida mais valias para todos os produtores de cerejas, principalmente na divulgação do produto e na organização de todo o seu potencial económico. A cereja é um dos nossos principais produtos de afirmação no futuro, que nos permitirá talvez fazer face aos condicionalismos resultantes da tendência que se vem a verificar progressivamente relativamente à desertificação do território, da tendência das pessoas para abandonar o mundo rural e instalarem-se no litoral. É através da afirmação destes produtos e da divulgação dos mesmos que podemos de alguma maneira tentar sustentar estes movimentos, que sendo sempre muito preocupantes necessitam de variadas estratégias para os estancar. Assim sendo apoiamos esta decisão da Câmara em tornar-se membro da Associação dos Produtores de Cereja de Resende.”

Doutor Pedro Cardoso: “Eu também queria tecer um comentário muito breve, em boa hora aparece de facto esta excelente ideia, já que a Associação de Produtores de Cereja pode ser de facto para que os agricultores consigam conciliar esforços no sentido oferecer o melhor produto, depois vendê-lo em situações razoáveis. Espero que haja bom senso e um espírito aberto para se conseguir este objectivo de fundar esta Associação de Cereja. Portanto auguro um bom futuro, já que assim sendo será uma forma excelente para a agricultura, revelar no fim de contas, a sua grande intenção de produzir um produto de qualidade e que seja de facto dignificante para o Concelho.”

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**

4 - SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DE RECEITA, AO ORÇAMENTO DE DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2007:-

Foi presente a segunda revisão ao Orçamento de Receita, ao Orçamento de Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos que envolve um reforço de verbas no valor duzentos e dezassete mil cinquenta e um euros e noventa e dois cêntimos, resultante da utilização do Saldo da Gerência apurado na prestação de contas de dois mil e seis. Sobre este assunto foi também presente a seguinte informação do Chefe da DGFSI, Dr. Jorge Sala Monteiro: “INFORMAÇÃO- Tornando-se necessário utilizar o saldo da gerência apurado na prestação de contas de 2006 apresenta-se de seguida o enquadramento legal e o procedimento a adoptar. Após apreciação e votação da prestação de contas de 2006 pelo órgão deliberativo, tendo-se apurado um saldo da gerência respeitante a execução orçamental de 217.051,92€ dos quais 102.756,68€ representam receitas consignadas destinadas ao projecto Piscinas Cobertas. Assim, por forma a concretizar a utilização deste saldo, de acordo com o definido no POCAL e referido na Ficha de Apoio Técnico nº 1/2004 – SATAPOCAL – CCDRN: “Após o apuramento do saldo de gerência e a apreciação e votação da prestação de contas pelo órgão deliberativo, o saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL)” Ainda na mesma Ficha de Apoio Técnico refere-se: “O “saldo da gerência anterior”, enquanto componente orçamental da receita, é apresentado no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, em “outras receitas” (classificação económica 16.01 saldo

orçamental desagregado em 16.01.01 Na posse do serviço e 16.01.02 Na posse do serviço – consignado). No que respeita ao saldo da gerência de 2006, o mesmo contém os valores orçamentais consignados ao projecto referido anteriormente, daí que esses montantes sejam aplicados no mesmo projecto em sede de revisão. A utilização do saldo de gerência resulta numa revisão orçamental, decorre do artigo 53º ponto 2, alínea b) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que **competete à Assembleia Municipal**, sob proposta da Câmara, **aprovar** as opções do plano e a proposta do orçamento, bem como **as respectivas revisões**.-----

Pelo exposto, propõe-se: A apreciação da Câmara da revisão anexa e a apresentação à Assembleia Municipal para apreciação e votação.-----

Aprovado por unanimidade.-----

Relativamente a esta matéria registaram-se as seguintes intervenções:-----

Doutora Teresa Pais: “ Este é um momento técnico por excelência está previsto na Lei e em nada obstatos em que prossiga a posição da nossa bancada, é positiva.”-----

Submetido o assunto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

5 - PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS DO CONCELHO:-

Relativamente a este assunto é presente, para apreciação, o mencionado projecto que deverá ser remetido à Assembleia Municipal para posterior aprovação-----

Sobre este assunto o **Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara** referiu que a razão da elaboração do presente regulamento é um maior rigor e rentabilidade dos espaços em causa.---

Foi registada a seguinte intervenção do **Senhor Vereador Professor António Marques:**

“Lemos com atenção esta proposta de regulamento e ficamos com a impressão de que se trata de um regulamento bom e capaz de resolver todas as situações. Mesmo assim vou colocar as seguintes questões: **1)** N.º 1 do artigo 19.º – Não me parece razoável que se leve “à letra” o que diz este artigo, porque se o responsável do pedido, não puder ir naquele dia, o Grupo não poderá utilizar as instalações; **2)** Artigo 21.º – Declaração médica - Entendo que nas actividades promovidas pela Câmara Municipal, se exija o atestado médico a todos os praticantes/utilizadores. Nas actividades promovidas por outras Associações, entendo que a exigência do atestado médico não seja um problema da Câmara Municipal”-----

O Senhor Vice-Presidente informou o Senhor Vereador que, segundo a lei vigente, tem de ser sempre a Câmara Municipal a exigir o atestado médico, quer em actividades que ela própria promova, quer naquelas que sejam promovidas pelas Associações.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o regulamento em causa, devendo o mesmo ser remetido a posterior aprovação da Assembleia Municipal.-----

Submetido o assunto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

6- CONTRACÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO- INVESTIMENTOS:-

Tendo sido deliberado na reunião de cinco de Junho abrir concurso para a contracção de um empréstimo de 887 000,00 euros para financiamento dos seguintes investimentos: Centro Escolar de S. Martinho de Mouros- 150 000,00 euros; Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade- 277 000,00 euros; Centro de Noite de S. Romão- 130 000,00 euros; Centro de Noite de Felgueiras- 130 000,00 euros e Centro Cultural e Auditório de S.Cipriano- 130 000.00. Foram pedidas propostas a quatro instituições bancárias (Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, S.A , Banco Santander Totta, S.A e Banco Espírito Santo, S.A). Essas propostas foram analisadas pelo Chefe da DGFSI, tendo este informado o seguinte: Da análise das propostas apresentadas pelas instituições financeiras referentes à contratação do empréstimo supracitado resulta o seguinte: **Montante; Finalidade; Prazo; Período de utilização; Período de carência.**

Relativamente a estas condições as propostas das quatro instituições são semelhantes. **Taxa de Juro: Santander Totta** - O Banco Santander Totta indexa o empréstimo à Euribor a 3 meses, acrescida de um “spread” de 0,09%. **BES** - O BES indexa o empréstimo à Euribor a 3 ou 6 meses, acrescida de um “spread” de 0,125%. **CGD** - A CGD indexa o empréstimo à Euribor a 1, 3, 6 ou 12 meses, acrescida de um “spread” de 0,052%. **BPI** - Em relação a esta condição o BPI apresenta uma taxa indexada à Euribor a 1, 3 ou 6 meses acrescida de um

“spread” de 0,051%. **Reembolso dos Juros e do Capital: Santander Totta** - Possibilidade de amortização mensal, trimestral ou semestral. **BES** - Prestações constantes de capital, iguais e sucessivas, a pagar trimestralmente. **CGD** - Prestações postecipadas e sucessivas de capital e juros, mensais, trimestrais ou semestrais. **BPI** - Prestações mensais, trimestrais, semestrais ou anuais e postecipadas, constantes de capital e juros (ou constantes de capital e juro ao saldo).

Reembolso antecipado e comissões e encargos: Relativamente a estas condições as propostas do BES, da CGD e BPI são semelhantes, o Santander Totta não refere nada no que respeita ao reembolso antecipado. **Conclusão:** Da análise das propostas resulta que a **proposta do BPI é financeiramente mais vantajosa**, uma vez que em relação ao item mais relevante que é a taxa de juro, esta instituição é a que apresenta melhores condições, dado o “spread” ser mais favorável ao Município. Assim, seguindo uma linha de orientação de economia de recursos, a contratação do empréstimo deverá ser formalizada com a instituição que melhores condições financeiras para o Município apresente. **Propõe-se: Que a Câmara delibere aprovar a contratação do empréstimo com o BPI, com um prazo de 20 anos, indexado à Euribor a 3 meses, com amortização Trimestral e submeter a proposta à Assembleia Municipal para apreciação, dado que nos termos do artigo nº 53.º n.º2 alínea d), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal “Aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei.”** Sobre este assunto foi presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara “ **PROPOSTA** – Considerando a análise das propostas apresentada pelo Chefe da DGFSI; - Considerando que a Câmara deverá assegurar as condições financeiras mais vantajosas, por forma a garantir a economia, eficácia e eficiência da aplicação dos recursos financeiros públicos. **Proponho: Que a Câmara delibere submeter à aprovação e autorização da Assembleia Municipal a contratação e a contratação do empréstimo ao BPI, nas condições indicadas.** Paços do Município, 14 de Junho de 2007, O Presidente da Câmara, (Eng.º António Borges).-----

Deliberado aprovar a proposta, por maioria, com três votos a favor, sendo dois votos dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e dois votos de abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, que justificaram o seu sentido de voto nos termos apresentados sobre o mesmo assunto, na reunião anterior.-----

Relativamente a esta matéria registaram-se as seguintes intervenções:-----

Professor Joaquim Rodrigo: “ Como vem sendo hábito nos últimos anos na reunião de Junho, temos que votar a contratação de novo empréstimo por parte do executivo. Assim, e com este novo empréstimo todos os gráficos e tabelas foram apresentados anteriormente deixam de ter validade, e como nós sempre dissemos, tal como os gráficos e tabelas na análise deste novo empréstimo o deixarão de ter quando, provavelmente para o próximo ano, estivermos a analisar um novo empréstimo. Como é lógico com este ritmo de empréstimos a longo prazo está-se, de forma clara, a comprometer os futuros executivos de poderem recorrer à banca para executarem as obras que no futuro serão essenciais, pois as necessidades mudarão na mesma medida da evolução dos tempos. Outra questão que gostaríamos de ver respondida tem a ver com o facto de o “ Centro Escolar de S. Martinho de Mouros” aparecer pelo 3º ano consecutivo com dotação nos empréstimos pedidos. Assim sendo o total a investir neste equipamento por parte da Câmara é de 711.920,00€ (280.000€+281,920 €+ 150.000 €) também o “ Pavilhão Gimnodesportivo de Anreade” é novamente dotado com uma verba avultada (277.000€) o que totaliza, com o valor referido no empréstimo no ano passado, a quantia de 531.487€; sendo esta verba correspondente a 25%, podemos concluir que a afirmação feita pelo Sr. Secretário de Estado, no da sua inauguração, de que a obra era um exemplo de qualidade e baixo custo, podemos agora concluir que o custo não é assim tão baixo quanto isso. Por todas as razões invocadas e acrescentando o facto de no ponto seguinte desta reunião irmos discutir a alíneação de um activo da câmara, iremos votar contra a contratação deste empréstimo.”-----

Doutora Teresa Pais: “ Estamos, de facto, perante a contracção de um empréstimo, no entanto considero que resulta claro, dos documentos que nos são trazidos para análise, que a Câmara tem capacidade de endividamento suficiente para os concluir e que não está posto em causa o futuro dos mandatos que eventualmente, certamente virão. Sendo que, conforme vemos o gráfico, só em 2010 se ultrapassaram os cinquenta por cento da capacidade de endividamento permitida, ou seja, a contracção deste empréstimo deve ser analisada, tendo em conta a capacidade de endividamento à Câmara, nos termos da lei. Não vamos avaliar somente o que é que representa este empréstimo no total de endividamento da Câmara, mas como é que a mesma fica, após a sua contracção. Portanto, vendo com clareza os números que nos são trazidos, atento o enquadramento da nova Lei das Finanças Locais consideramos que possui ainda a Câmara capacidade de endividamento muito razoável. Verificamos que ao contrário de muitos outros concelhos, Resende apresenta uma situação financeira saudável. Por isso, em nada podemos obstar a contracção do empréstimos referido.”-----

Senhor António Joaquim Correia: “ Em relação a este assunto eu gostaria de fazer alguns reparos. Na minha opinião, a ordem de trabalhos, desta Assembleia está invertida. Claro que todos nós temos conhecimento da ordem dos assuntos, já a vimos, mas parece-me que o ponto seguinte deveria ser discutido antes deste e não depois. Parece-me que estamos a alienar uma participação que vai permitir determinado encaixe que não se sabe qual é. Parece-me também que este empréstimo, não seria necessário, uma vez que, com alienação, haveria encaixe financeiro para cobrir a despesa e ainda sobraria mais do dobro do que se pagava para o próprio investimento. Se poderiam ser quatrocentos mil contos, grosso modo, considerando que o peso de vinte e cinco por cento dos programas comunitários daria um investimento global de lucro, que deva um milhão e seiscentos mil contos. É muito dinheiro, ou seja dito de outra forma, daria para estes encargos e sobraria dinheiro para isto, que está a ser aprovado. Parece-me que o empréstimo é precipitado, há que pensar no endividamento, é óbvio, os dados são nacionais ninguém os pode negar. Há capacidade de endividamento, há que a Câmara usá-lo? Entendo que o facto de a Câmara ter capacidade de endividamento, não tenha de haver endividamento. No ponto seguinte, iremos falar em questões concretas, como eu digo, se isto estivesse ao contrário teríamos outro tipo de discurso, provavelmente.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Resende: “ Sinceramente depois de ouvir o que ouvi, lembrei-me de uma parábola de Jesus Cristo. Vou ser breve, só me parece, ou então fiquei com essa impressão, que a preocupação de alguma gente cá de dentro, não é a contracção do empréstimo, não é o endividamento da Câmara, mas a preocupação de que haja desenvolvimento. Para que o Senhor Presidente da Câmara, não ouvir aquilo, que ouviu à pouco, que até lhe proclamaram a imortalidade. Se calhar isto é para impedir que alguém trabalhe e que alguém faça alguma coisa. Ainda gostaria de frisar outro assunto, primeiro quem é que se não lembra de algumas pessoas de Resende que se endividaram? Endividaram, mas progrediram, avançaram na vida, até muitos deles se tornaram ricos, através da contracção de empréstimos, o que quer dizer que muitas das vezes sem contracção de empréstimos não pode haver desenvolvimento, obra, trabalho. Outros que eram ricos geriram propriedades que os seus antepassados lhe deixaram e ficaram por aí, não foram mais longe. Então agora vou citar a parábola de Cristo: “ Cristo distribuiu 5 talentos a um individuo, 3 a um outro e 1 ainda a outro e disse-lhes: agora ide. Quando voltaram o dos 5 talentos devolveu-lhe 10, porque tinha feito produzir o dobro, o de 3 talentos entregou-lhe 6 e o de um talento quando o recebeu enterrou-o na areia, quando lhe foi devolver o talento, disse: Jesus está aqui o talento, eu não o gastei.” Quer dizer que sem os ovos não se fazem omeletes e por isso, vou votar favoravelmente. Obrigado!”-----

Senhor António Joaquim Correia: “ Em relação a esta questão, estou a reparar que quando uma pessoa tenta espelhar uma situação, vem sempre o discurso da Igreja, e tentam dizer há uma data de invejosos, que não podem ver uma pessoa crescer, cheias de inveja. Não se trata nada disso! O que se trata são os factos concretos. O que está aqui em discussão não é falta do dinheiro, estamos a falar hipoteticamente, eu frisei isso muito bem. O que está aqui em causa

é haver dinheiro após a contracção do empréstimo. Há aqui questões que se podem levantar, por exemplo, podíamos levantar a questão se esse empréstimo é amortizável ou não? Se a Câmara fica penalizada se o amortizar ou não? Isso são questões interessantes! Quando se fala da imortalidade que até serviu para nos descontraír a todos, até teve piada! Agora em relação ao Senhor Secretário de Estado, ao ritmo que eles andam para aí a dizer asneiras, já ninguém acredita no que eles dizem!”-----

Senhor Presidente da Câmara: “ Não diga isso!!!!.”-----

Doutor Jaime Alves: “Eu queria só ser esclarecido de uma coisa, eu ouvi há pouco dizer que o custo do Pavilhão de Anreade foi de um milhão de euros, correcto?”.-----

Senhor Presidente da Câmara: “ Não chega a esse valor!.”-----

Doutor Jaime Alves: Então eu gostava que me explicasse uma coisa! Temos aqui em pedido de empréstimo anterior e temos agora um novo pedido de empréstimo! Neste primeiro empréstimo é contemplado o Pavilhão de Anreade, 2 vezes só no total de 15.31487, eu não sou matemático, mas sei fazer a regra dos três simples 15.31 vezes 487, representando os vinte e cinco por cento que o senhor Presidente da Câmara há pouco referiu aqui eram financiadas pela autarquia, isto fazendo a regra dos três simples daria 2, 126 mil arredondados. Então se a comparticipação da Câmara é de vinte e cinco por cento de uma obra que não chega a um milhão de euros, depois da soma dos dois empréstimos de uma soma de 2 milhões 126 mil. Eu sou um leigo na matéria de finanças e matemática, eu deixo aqui uma pergunta no ar. Isto é para que quê? Para libertar contas de tesouraria, porque nós há pouco tempo atrás, temos ouvido os Técnicos Oficiais de Contas falar das dificuldades das Câmaras Municipais em pagarem a curto prazo. Falam de setenta e cinco por cento das Câmaras do País, que têm enormes dificuldades em pagar as dívidas a curto prazo. Era só isso que gostava que me fosse esclarecido. “-----

Senhor Presidente da Assembleia: “ Fui informado pelo Senhor Presidente da Câmara que prestaria esclarecimentos em relação a este ponto na discussão do ponto seguinte, ele depois fará uma intervenção onde esclarecerá todas estas questões que foram agora aqui colocadas.”-----

Submetidos os documentação à votação foram os mesmos aprovados por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e três votos da Bancada do Partido Socialista um voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas e um voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Panchorra, e nove votos contra do Partido Social Democrata.-----

7 - ALIENAÇÃO DA POSIÇÃO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE DETÉM NA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS DO DOURO, S.A- Para rectificação da proposta aprovada na reunião de Câmara de 18 de Junho de 2007, foi presente a seguinte proposta do Senhor Presidente “PROPOSTA Em 2003, a Câmara Municipal de Resende, outorgou com a Empreendimentos Eólicos do Douro, S.A., e com a Finerge, Gestão de Projectos Energéticos, S.A., um Protocolo de Colaboração, com vista à implantação de um Parque Eólico, denominado Parque Eólico da Lagoa de D. João e Feirão, assim como um Acordo Parassocial destinado a regular os princípios da relação entre as partes enquanto accionistas de sociedade referida no Protocolo. Da conjugação de ambos os documentos resulta para a Câmara Municipal de Resende, uma posição contratual que se consubstancia, na generalidade, nos seguintes créditos: a) 2,5% da facturação bruta anual do projecto; b) Realização de obras de beneficiação de estradas no valor de 700.000€; c) Aquisição gratuita de uma participação de 15% do capital social de sociedade, após a emissão da licença de exploração pela DGE, sendo que o capital da mesma ficou definido em 50.000€; d) Nomear um administrador, em três, que compõem o conselho de administração; e) Manter a sua posição social de 15%, por conta da Finerge, Gestão de Projectos Energéticos, S.A., independentemente de aumentos de capital ou entrada de outros accionistas. Considerando que: - A Câmara deverá garantir sempre os princípios de eficiência e eficácia na gestão de todos os activos disponíveis; - A utilização dos recursos disponíveis, deverá obedecer sempre

aos princípios referidos no ponto anterior, procurando a máxima rentabilidade e a sua aplicação em prol do desenvolvimento sustentado do concelho; - A alienação da posição que a Câmara Municipal de Resende detém na Empreendimentos Eólicos do Douro, S.A., identificada em c), d) e e) nos termos propostos garantirá o que entendo ser a melhor forma de rentabilização deste activo, proporcionando a realização de outros investimentos estruturantes.-A análise da evolução do mercado do sector, de acordo com informação da empresa consultora PricewaterhouseCoopers Portugal, aponta numa tendência de diminuição da valorização deste tipo de activos, pelo que entendo ser o momento oportuno para garantir as melhores condições financeiras para o Município.- Junto à proposta estudo fundamentado desta operação elaborado pela PricewaterhouseCoopers. a) **Proponho:** Que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de alienação do direito a adquirir, ou as acções, conforme o Município, à data da adjudicação detenha já as mesmas, ou não, respeitantes à participação de 15% na Empreendimentos Eólicos do Douro, S.A. e os direitos de nomear um administrador, em três, que compõem o conselho de administração e de manter a sua posição social de 15%, por conta da Finerge, Gestão de Projectos Energéticos, S.A., independentemente de aumentos de capital ou entrada de outros accionistas, nos termos do programa de concurso e caderno de encargos. b) Que o procedimento a adoptar seja o concurso público nos termos dos documentos anexos (anúncio; caderno de encargos e programa de concurso). c) Que o procedimento seja conduzido por um júri constituído pelos seguintes elementos: - Presidente: Dr. Jorge Sala (Chefe de Divisão) - Vogal: Dr. António Pinto (Chefe de Divisão) - Vogal: Dr. Miguel Alves do Vale (Consultor externo) - Vogal Suplente: Dr^a Cesaltina Dias (Jurista). Nas faltas e impedimentos o presidente será substituído pelo vogal Dr. António Pinto, d) Que se solicite à Procuradoria-Geral da República a indicação de um elemento que acompanhará todo o procedimento. e) O Júri poderá recorrer à avaliação externa da PricewaterhouseCoopers. Paços do Município, 22 de Junho de 2007, O Presidente da Câmara, (Eng^o António Borges).”-----

Deliberado, por unanimidade, a provar a proposta.-----

Relativamente a esta matéria registaram-se as seguintes intervenções:-----

Senhor Presidente da Assembleia: “ O Senhor Presidente da Câmara está a propor fazer um esclarecimento prévio e depois colocaria à discussão e votação o assunto.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Eu vou tentar ser muito sintético e gostava de lhes transmitir o seguinte: É evidente que algumas coisas que foram aqui ditas pelas duas bancadas, umas têm lógica, mas outras há que não têm lógica nenhuma. De qualquer forma e deixem que lhes diga isto: Se em alguns momentos sinto vontade em não alimentar diálogos dispensáveis, quando venho à Assembleia. Hoje quando estava com alguns dos Senhores Deputados e disse isso. Acho no entanto, que é minha obrigação explicar às pessoas e sobretudo à Assembleia aquilo qual é o percurso da Câmara e quais são as linhas de rumo do Município de Resende, sejam estas matérias ou outras diferentes das que estamos aqui hoje a discutir. No entanto parece que às vezes não vale a pena. Porque se é obrigação do poder político instalado não ser autista, essa mesma obrigação e sobretudo a obrigação da boa fé, também tem que estar subjacente a quem faz oposição política. A oposição é legítima, é necessária e é inclusivamente sempre bem-vinda. O que está aqui em causa, e hoje sobretudo, são as questões financeiras da Câmara. Na vereação, penso que esta acta ainda não está disponível, fizemos uma reunião extraordinária, à pouco tempo e não está aí explícito aquilo que foi a discussão. Eu tive já tive a oportunidade de dizer aos senhores vereadores da oposição aquilo que agora aqui repito. O que disse em relação a estas questões de situação financeira da Câmara e da questão da Eólica é que, há pessoas que devem desculpas ao Concelho, ao Município e ao Presidente da Câmara. Por falarem da situação financeira da Câmara sem saberem. Por acharem que isto é uma lógica de mercearia. Deveriam pedir desculpas algumas pessoas, quando dizem coisas que ou não correspondem à realidade, ou são actos de pura ignorância. Eu disse-lhes que no caso do Parque Eólico são devidas claras desculpas de afirmações passadas pelo que estava subjacente a uma operação como esta. O

que é que tem acontecido? Até agora ao nível de endividamento da Câmara, desde que estamos aqui é sensivelmente o mesmo relativamente ao período em que assumimos funções executivas. Actualmente a capacidade de endividamento utilizado é inferior a 50%, é de 42% ou 45%. As pessoas continuam a persistir que o futuro está ameaçado, mesmo quando se lhes diz que ainda é possível contrair mais dívidas, se assim o entendessemos. Aquilo que eu disse aos senhores vereadores é que não levassem a mal, eles têm sido até correctos na forma como têm abordado a situação. Mas o que estava aqui em causa era uma coisa tão simples como esta: da parte de quem neste momento governa a Câmara, nós tínhamos uma dívida pesada e não a aumentámos, com esta operação deixamos as moedas no fundo do baú, para que o problema se resolva nos próximos 20 anos. A operação do Parque Eólico do Douro, na Lagoa D. João, é uma operação que tem três ou quatro componentes financeiras que tocam particularmente a Câmara. Mantemos a possibilidade dos 2,5% da facturação bruta, crucial para o Município, e 15 % do Capital Social das Eólicas do Douro e ainda a possibilidade de nomear um dos três membros do Conselho de administração da Empresa. Negociamos em devido tempo, e isto foi trabalhoso. Quanto é que isto representa para o Município de Resende. Se nós fizermos fê naquilo que são projecções de produção de energia, um parque deste tipo dados pela própria Finerge, no acto de apresentação do projecto, estamos a falar na ordem de 2,5% milhões de contos. Estaremos a falar de 55 mil contos anuais ou mais, em média, durante vinte anos. Eu não estou a dar um número meu, estou a dar um número da Finerge, posso achar até que este número é baixo! A previsão de uma operação deste tipo representa 15% do capital da empresa, que a PricewaterhouseCoopers avaliou e esta é uma empresa independente. Nós mandamos a avaliar por auditores e “dealears” do mercado independente e preparamos esta situação. O que é que isso significa? Significa que a operação que foi montada nos últimos anos, representa no tempo de ocorrência do projecto um encaixe global no Município de 10 milhões de euros. Estamos a antecipar parte desse valor, uma por força do acordo da questão dos 700 mil euros relativos à realização de obras de beneficiação da estrada de ligação entre Feirão e Resende, mas os 2,5% da facturação bruta, estarão nos próximos 20 anos ao dispor do Município, sendo que decidimos agora proceder à abertura de um concurso público para a alienação desses 15%. Primeira grande questão que se põe em relação a esta matéria, se alguém tivesse dúvidas de sustentabilidade das finanças do Município nos próximos anos, perante uma explicação como esta, se estiver de boa fé, obviamente que percebe que esta operação garante o pagamento da dívida actual. Se nós estivermos de boa fé percebemos que o actual Presidente da Câmara, fez o que fez, e neste momento consegue um activo que pode ser imediatamente realizável, para resolver os problemas do Concelho. Também não posso deixar de explicar aos resendenses o que tem sido a nossa gestão nesta área. Em relação a esta operação propriamente dita está aqui o Doutor Jorge Sala, que comigo faz naturalmente a gestão financeira do Município. Somos os dois que fazemos praticamente a gestão do Município, ele naturalmente na componente técnica, e eu na componente política, as decisões, a estratégia e até o planeamento de estratégia discutimo-lo muitas vezes. Todos o conhecem, e ele pode sempre que os senhores quiserem, fora desta Assembleia, dar as informações que necessitem, sejam questões financeiras da Câmara, questões contabilísticas ou outras que vos suscitem dúvidas. Ele tem essa latitude e não tenho nenhum complexo, portanto quando algum dos senhores tiver dúvidas e quiser fazer raciocínios válidos, e não estiver aqui só para falar por falar, pode consultar o Doutor Jorge Sala. Em relação a esta situação de hoje, o que está em causa não é a venda dos 2,5% da facturação bruta anual do projecto, isto não está em causa, até por força da Nova Lei das Finanças Locais, não é possível isso! Mas também lhes vou dizer uma coisa claramente, se fosse possível fazer isso, liquidaria completamente o passivo da Câmara. Só com os 2,5% da facturação, aí sim, seria uma boa aposta financeira. Aí já, concordo com o Senhor António Joaquim Correia e poderíamos liquidar e liquidariamos, com a Lei das Finanças Locais, e por força daquilo que foi prática de outras Câmaras, que recentemente só lhes faltou comprar e vender os Paços do Município, no espaço de um fim-de-semana. Só

faltou isso! E não é um problema de bandeira política. Queremos resolver os problemas, a gestão financeira da Câmara é instrumental. Eu não vim para a Câmara para pagar a dívida de 26 anos que políticas anteriores, acumularam. Nem pensem! Essa é uma questão política. Se disserem, o senhor Presidente da Câmara veio para a Câmara para pagar a dívida de anos anteriores? A resposta é não! Não o farei, mas também não a empolarei. Mas deixarei no fundo do baú as moedinhas de ouro para vocês a pagarem. Todos nós pagamos essa pesada herança, que todos vocês tanto questionam e que não é assim uma coisa tão complicada. Os senhores sabem isto tão bem quanto eu. Sabe quem votou na situação anterior e bem, situações de empréstimos, acumulação da dívida da Câmara, são absolutamente normais na administração pública. As questões de tesouraria já são outras questões e temos estado a diminuir as questões de tesouraria. Penso que algumas pessoas não perceberam isto! Quando eu cheguei à Câmara a questão da tesouraria era uma questão crucial. Hoje, está num valor pouco mais de metade do que estava antes. A pouco e pouco, temos estado a corrigir essas matérias. Agora com esta operação apenas pretendemos utilizar os meios que fomos capazes de conquistar, por se apresentar este momento, segundo os auditores consultados, como oportuno para garantir as melhores condições financeiras para o município. Não vamos libertar os 2,5% da facturação bruta, estejam descansados. Aqueles que aspiram ao poder mesmo lá para a frente, muito lá para para a frente, daqui a 18 anos ainda lá haverá umas moedazitas para pagar, esta história. Não vamos alienar os setecentos mil euros que aliás representam “cash”, para pagar a estrada que está gora em curso. Como devem imaginar os 18 anos já não são para mim, que eu tenho limitação de mandato, felizmente! Porquê agora? Esta não é umas das operações novas em termos de Municípios, há dois ou três meses atrás, pelo menos quatro Municípios do Alto Minho, associados numa empresa de Ventoinhas, fizeram uma operação similar. Estão mais ou menos como nós e acabaram, por alienar a sua participação no parque eólico. Porque é que eu acho que temos que o fazer agora, porque o cada ano que passa o activo valerá menos, segundo o estudo já referido. De acordo com a PricewaterhouseCoopers, temos uma realidade que é esta, o País é o nono em termos de energias renováveis, que faz com que no curto prazo de tempo, haja no mercado muita oferta destes produtos financeiros. É uma questão de prudência e seguindo aquilo que é uma tendência do mercado de outros municípios, como Melgaço, Monção, Valença e Paredes de Coura, que fizeram uma operação deste tipo. E em relação à operação esta tem que ser irrepreensível em todos os aspectos e neste sentido vai ser solicitado à Procuradoria Geral da República, a indicação de um elemento que proceda ao acompanhamento de todo o procedimento. O Júri será exclusivamente constituído por funcionários da casa e consultores externos. A decisão política final caberá à Câmara e à Assembleia Municipal e apenas nesse contexto Quem monitorizará esta situação será a PricewaterhouseCoopers. Só mais uma nota em relação ao Senhor Deputado, é óbvio que já percebeu que aquilo que eu disse foi um bocado a resposta às suas questões. Porque é que nós estamos a fazer um empréstimo? Quando é que vamos ter liquidez? A galinha ainda não pôs o ovo, o negócio ainda não se está contratualizado. Dentro do que sempre foi a política da Câmara, nós estamos a fazer a gestão financeira a contar com isto. Nós na Câmara Municipal, e isso reconheço, posso reconhecer alguma preocupação da Assembleia Municipal e todos devemos ter consciência disso, o facto de eventualmente virmos a ter um encaixe deste tipo não nos deve levar a nenhum tipo de facilidade, nem a alterar práticas ou políticas de rigor que sempre foram apanágio nas decisões do Município. Sou de opinião que depois de termos o resultado desta operação poderemos discutir aqui depois qual o seu destino. Não sei se repararam alienamos 14,9% do capital e depois alienamos mais 0,1%, mais o administrador, isto não tem sido fácil! Porque acham que tivemos que fazer um estudo o que custou dinheiro? Os da Finerge nunca nos deram elementos e procuraram sempre esconder-nos elementos que valorizassem o nosso activo, eles procuraram sempre depreciar a participação da Câmara, até porque têm um direito de preferência que podem exercer neste processo. Criaram mais problemas quando dissemos que queríamos 15% mais administrador. Porque ter administrador, é ter acesso a

informação da política da empresa. Depois esta Assembleia Municipal decidirá, quem será o benemérito que ocupará o lugar da administração. Para terminar passo por cima das questões da imortalidade, das questões da cereja e outras, mas não passo por cima da questão do Pavilhão de Anreade. Senhor Deputado uma candidatura na operação do desporto, talvez você não saiba, não cobre todos os custos da obra, não cobre os custos dos arranjos exteriores, zonas envolventes e estamos a falar unicamente do Pavilhão de Anreade e isso é que custará ouvir! Aquilo que o Senhor Secretário de Estado disse é verdade. Perguntem aos serviços, quantos Presidentes de Câmaras têm vindo a Resende, até do PSD. Por esse País fora, há pavilhões que são réplicas deste pavilhão, e nós com toda a abertura, facultamos os projectos. Provámos que podíamos ter um equipamento deste tipo e um evento como a Taça de Portugal, com cerca de 1500 pessoas dentro do pavilhão, conseguido a custos baixos. Se diz, Senhor Deputado que estamos a fazer um empréstimo todos os anos, e deixe que lhe diga, não me leve a mal, mas acho que é uma pessoa afável e tratável, esqueceu-se de transmitir que a Câmara quando contrai empréstimos todos os anos, também faz operações financeiras similares, põe no banco valores significativos. Estimo que desde que estamos na Câmara nos primeiros cinco anos amortizámos 600 mil contos de encargos anteriores. Vamos ser conscientes nesta matéria, porque o valor do empréstimo não é transmissível para o do endividamento liquido, porque neste mesmo período que usamos o empréstimo, amortizamos valores significativos daquilo que são encargos anteriores. Quando os senhores trazem para aqui a velharia toda, têm de perceber que a Câmara tem de pagar despesas não elegíveis, revisões de preços, ou seja um conjunto de situações que por vezes são imputáveis a candidaturas. Quando quiserem falar desta história têm toda a liberdade critica para o fazer. Agora pegarem em números e tratem isto como se estivessemos no café, não! Senhores Deputados antes de falarem, eu dou-lhes oportunidade de irem ao meu gabinete ou ao do Senhor Doutor Jorge Sala para terem acesso à conta da empreitada. Imaginam quantos milhares de contos estão no pavilhão de Anreade, em equipamentos desportivos? Há Câmaras a replicarem os nossos Centros Comunitários, a replicarem a nossa Gestão Documental da qual o Doutor Jorge Sala é o piloto número um, e o responsável pela desmaterialização da Câmara. Existem muitas Câmaras que vêm verificar o que estamos a fazer. Isto não é puxar os galões!! Mas às vezes tem de ser... Deixem-me então agora puxar mais alguns. Alguém me dizia hoje: “ Fui a Alfândega da Fé e eles nem tinham lá cerejas para vender, fui ao Fundão estavam lá seis vendedores”, e nós hoje conseguimos construir a nossa marca. O Concelho de Resende está num bom momento e ninguém conte comigo para continuar a fazer o Concelho só para alguns. Não podemos fazer a área do comércio só para alguns, nem a área da agricultura. Eu recordo-me que quando foi da Festa da Cereja, houve aqui um membro da Bancada que disse: “ Festa da Cereja ? Só eu é que vendo cereja em Resende, como é que o Senhor vai fazer a Festa da Cereja?? “ Esta era a mentalidade! Para terminar não sei se gostam do Presidente Bill Clinton, repito isto muitas vezes, dizia ele que “ a melhor forma de não incomodar ninguém é ficar quieto. “-----

Doutor Jaime Alves: “Gostava de fazer algumas considerações acerca da proposta que o Sr. Presidente, ironicamente, fez relativamente ao “confessionário” e aos pedidos de desculpa aos resendenses. Senhor Presidente, eu pediria desculpas aos resendenses se fosse mal-educado e se não tivesse humildade para saber ouvir os outros; eu pediria desculpas aos resendenses, se lhes tivesse prometido, solenemente, emprego e se fosse o campeão do desemprego nos Municípios do Douro Sul; eu pediria desculpas aos resendenses se fosse conhecido no meio dos autarcas portugueses como “o alimentador de intrigas que não aparece nos locais próprios”; eu pediria desculpas aos resendenses se colocasse à frente dos interesses de Resende e dos resendenses, interesses de projecção política pessoal ao serviço do meu partido. Por fim, como o Sr. Presidente costuma dizer e muito bem, quem vai à guerra dá e leva. Tenho dito.”-----

Senhor António Joaquim Correia: “É engraçado como o Senhor Presidente alterna momentos de paternalismo, hoje até concordou comigo num aspecto, o que é bom! É que

depois de ouvir termos de pouca delicadeza como “ignorantes”, “intolerância”, pensei sinceramente que dentro desta Câmara, nesta sala, a Assembleia Municipal não podia fazer perguntas. Mas lá está, também há uma questão política que, muitas vezes parte das pessoas e até nos chamam de inconvenientes. Falou do poder, é verdade que há aqui pessoas que aspiram ao poder mas também há pessoas que não fizeram nada, e é bom respeitar toda a gente. As aspirações políticas são legítimas, toda a gente tem o direito a elas. Em relação à questão dos pormenores o Senhor Presidente falou, e eu até estaria tentado em propor ao Senhor presidente da Assembleia que acabássemos com esta despesa de gravação e discussão e ficássemos só com os pormenores e discutimos só os títulos, não se falava mais nada e estava o assunto arrumado.”-----

O Doutor Jorge Sala exprimiu algumas ideias que eram complementares das do Senhor Presidente da Câmara, uma vez que fez uma abordagem técnica à operação em análise considerada de grande importância para o município e para o futuro do Concelho. Esclareceu e respondeu a alguns algumas questões colocadas, pelos membros da Assembleia Municipal.”-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas: “Gostaria de saber se vendeu a totalidade ou se vai dividir.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “Eu trazia aqui uma intervenção para fazer, mas uma vez que já fiquei esclarecido em alguns pontos, já não a farei. Tenho é uma dúvida em relação aos setecentos mil euros, e gostava de fazer uma pergunta ! O senhor Presidente falou que uma das vantagens da parceria seria os setecentos mil euros, para o arranjo da estrada até à ponte de Cavalari, eu posso dizer que, através de informação dada pelo Professor Marques, não é assim. Trezentos e cinquenta mil serão dados pela empresa e os restantes trezentos e cinquenta mil euros irão ser deduzidos dos 2,5% que a Câmara tem direito da facturação bruta. Sendo assim a Câmara acaba por não receber esse valor. E é como se a Câmara pagasse os restantes trezentos e cinquenta mil euros”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Sabe quem aprovou, foi a Assembleia. Está lá, nem posso alterar nada. Isso que o Senhor está falar foi um protocolo com a Finerge, que foi aprovado aqui. O que está previsto no protocolo são trezentos e cinquenta mil saírem da empresa e os outros trezentos e cinquenta mil serem por conta da conta corrente da facturação bruta.”-----

Professor Joaquim Rodrigo: “Mas se esses trezentos e cinquenta mil euros, não saíssem da renda do Parque, então entrariam nos cofres do Município e daria para investir em outras obras no Concelho. Confirmando assim a informação de que a Câmara só receberá 350.000 € e não os propagandeados 700.000 €.”-----

Doutora Teresa Pais: “Vocês leram os documentos? Têm de ler os documentos todos, porque isso estava lá escrito.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Tudo o que entra de uma forma ou de outra na Câmara é resultado deste negócio.”-----

Senhor António Joaquim Correia:” Isso é jogar com os números O que eu sei e ainda há pouco falou da cereja, mas esqueceu-se de dizer que a maior parte é para exportação, mais de cinquenta por cento da produção.....

Senhor Presidente da Câmara: “Para o Senhor não falar e não dizer coisas que não sabe, remeto-o para um estudo feito pelo INE, e ver como isso que está a dizer não corresponde à realidade. Neste momento, em termos de cereja, nós importamos (o que é bom para Resende), 10% da nossa necessidade de cereja e exportamos muito pouco, muito menos que um quarto da produção. Partindo do pressuposto, como diz, que o Fundão produz metade da produção nacional o Senhor está a querer depreciar o Presidente da Câmara e a depreciar o Concelho de Resende e a sua Cereja. Mas já estamos habituados às formas como os senhores estão a tratar as coisas. Têm todo o direito de insultar o Presidente das Câmara, mas agora tem todo o direito de ouvir do Presidente da Câmara, uma coisa que é absoluta realidade, em algumas matérias mostram ignorância nomeadamente na questão das finanças da Câmara e na questão

da cereja. É uma coisa que deprecia a importância que temos. Não lhe fica bem, sendo o Senhor da Freguesia de Barrô, onde a Cereja tem muita importância. admito que seja um lapso e sirva para atacar o Presidente da Câmara. E revela uma coisa que fique com esta nota: Que no futuro algumas coisas que o senhor disser, vou ter que confirmar. Não diriam o que disseram se lessem os documentos. Em relação a anteriores Assembleias, acho que fizemos alguns progressos de maior urbanidade. Estamos a melhorar nestas matérias. Para terminar acho que estamos a conquistar a nossa marca, em termos de Cereja. Estamos a produzir cada vez melhor. A qualidade da nossa Cereja é muito boa.”.-----

Senhor António Joaquim Correia:” O Senhor Presidente intencionalmente desvirtuou as minhas palavras. Tirou-as do contexto onde elas estavam inseridas... Estávamos a falar de números!”-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal:” De qualquer modo quem está deste lado e ouve, fica com a noção exacta do que o Senhor estava a fazer era uma tentativa de todo o esforço que os produtores de Cereja de Resende fizeram... Sendo o senhor de um lugar onde tem muita Cereja, não entendo muito bem...Só o entendo como sendo um ataque político directo ao Senhor presidente da Câmara. Esta é a interpretação que se faz daqui!”-----

Doutora Teresa Pais: “ Muito resumidamente, queria simplesmente referir que depositamos total confiança na capacidade de decisão do Sr. Presidente da Câmara, assim como depositamos confiança na capacidade de análise do Sr. Chefe de Divisão que está a tratar deste assunto. Quanto à alienação do património, apoiamos as decisões do Senhor Presidente da Câmara, por considerarmos esta decisão politica apoiado num rigoroso trabalho técnico, atentos os documentos elaborados, que nós estudamos e depois viemos confirmar. Na questão da alienação do património apoiamos a decisão do senhor Presidente da Câmara, em solicitar à Procuradoria da República um elemento que acompanhe todo o procedimento e que o próprio júri recorresse à avaliação externa da PricewaterhouseCoopers. Em relação aos montantes que eventualmente se venham a realizar, eles virão a esta Assembleia Municipal e nessa altura com todo o rigor e de forma séria iremos avaliar e depois votar em conformidade. Confiamos na capacidade de decisão do Senhor Presidente da Câmara, porque tem vindo a realizar um historial de capacidade de gestão que nos faz pensar que estar no caminho certo. “-----

Professor Joaquim Rodrigo:“ Na nossa opinião o montante realizado deverá ser utilizado para realizar novos investimentos e nesse âmbito achamos que o Executivo deve elencar de forma objectiva e concreta quais os investimentos que pretende realizar no concelho. Nesta matéria de investimentos pensamos também que nos investimentos a realizar não podem ser, de maneira nenhuma, esquecidas as freguesias que dão “a matéria prima”, estou a falar concretamente em Feirão e Panchorra, e no caso de Feirão nestes últimos 6 anos não houve 1 cêntimo de investimento por parte da Autarquia. Não quero com isto dizer que todas as outras não sejam contempladas com investimentos, claro que devem ser, mas estas devem merecer uma atenção especial. Ainda em matéria de investimentos achamos que a primeira prioridade deverá ser a de investir no sentido de criar emprego no concelho, pois como também já referimos nesta Assembleia, esta é uma das maiores lacunas da actualidade sendo Resende o concelho com maior índice de desemprego da região. São necessárias políticas concretas e rápidas no tempo no sentido de suprir esta situação. Também gostávamos que o Sr. Presidente nos dissesse qual a perspectiva a médio e longo prazo da capacidade do concelho no que concerne à instalação de mais parques eólicos e se uma parte do valor realizado não poderia ser usado para ser accionista de novas empresas que pretendam criar esses novos parques. Nesta fase, e tendo em conta todas as dúvidas mencionadas, e que com certeza estão na cabeça de todos nós, iremos abster-nos, ficando a espera que as dúvidas suscitadas possam ser esclarecidas na totalidade. Não nos coibiremos, também, durante este período de tempo, de apresentar propostas concretas que permitam melhorar a qualidade de vida dos resendenses, no caso de o negócio se concretizar.”-----

Doutora Cláudia Vieira: “ Não sei se pelo facto de ter chegado um bocadinho mais tarde, ou

se pelo facto de não ter apercibido. Foram-nos enviados vários ofícios remetidos pelo Partido Comunista Português ao grupo Parlamentar, fazer uma pequena abordagem. Gostava de fazer uma sugestão. Senhor Presidente queria sugerir, desde logo, por parece-me que é habitual o Grupo Parlamentar do PCP, enviar ofícios para os Municípios e Assembleias Municipais, por acaso foi a primeira vez que os vi. No entanto, queria pôr à consideração dos colegas o seguinte: para percebermos apenas! De todos os requerimentos aqui colocados apenas um tem resposta do Governo, porque o Governo dispõe de três meses para responder. Não me parece muito correcto que o Grupo Parlamentar divulgue os requerimentos, sem divulgar a resposta do Governo. Até porque alguns deles ainda nem a têm. Por exemplo no caso da proposta das Provas Globais facultativas no Ensino Básico, não passaram os três meses. O Ministério respondeu que nada teve a ver com isto. Que estes documentos, caso venham à Assembleia Municipal, venham acompanhados da resposta do Governo.”-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “ Será aceite, desconhecia que esses documentos teriam de vir acompanhados com a resposta do Governo. Por isso é que os fazia incluir na documentação de cada um.”-----

Submetidos os documentação à votação foram os mesmos aprovados por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo vinte e três votos da Bancada do Partido Socialista e um voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ovadas, e dez votos de abstenção do Partido Social Democrata.-----

Por fim, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, deu por encerrada a sessão, eram dezoito horas, tendo sido aprovados em minuta os assuntos que tinham sido submetidos, pela Câmara Municipal, a esta sessão da Assembleia.-----

E eu, _____, **Chefe de Divisão de Gestão Administrativa, dos Assuntos Culturais e Desportivos da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.**-----

